

# Collor vai usar Constituição para acabar com os 'marajás'

BRASÍLIA — A Constituição será o instrumento utilizado pelo Presidente eleito Fernando Collor para combater os "marajás" assim que assumir o



Governo. O porta-voz do Presidente, jornalista Cláudio Humberto, afirmou ontem que Collor pretende dar exemplos aos outros Poderes, referindo-se, principalmente, à reportagem publicada ontem pelo GLOBO, sobre os "marajás" do Congresso, com servidores públicos que chegam a receber NCZ\$ 1,25 milhão.

Cláudio Humberto lembrou que os artigos incluídos na Constituição impedindo o surgimento de "marajás" no serviço público foram sugeridos pelo Presidente eleito, quando ele ainda era Governador de Alagoas.

Segundo o porta-voz, o administrador público que desejar poderá encontrar na Constituição os instrumentos legais para atacar o "marajás", como fará Collor.

Para o Presidente do Senado, Senador Nélson Carneiro, contudo, há "muita fantasia" nos números apresentados na reportagem do GLOBO. Afirmou que dará entrevista hoje à tarde, quando pretende apresentar, com documentos, os números da folha de pagamento do Congresso. O Senador explicou que não poderia apresentar os números ontem porque o Congresso estava fechado. Nelson Carneiro, ao mesmo tempo, criticou a economista Maria Aparecida de Oliveira, que denunciou os altos salários do Legislativo.

Em São Paulo, o Deputado Gastone Righi (PTB-SP) defendeu uma po-

lítica salarial austera e uniforme para o funcionalismo federal como única forma de o Governo Collor acabar com o chamado "paraíso dos marajás". Segundo Gastone, a moralização do serviço público iria se refletir nos poderes Legislativo e Judiciário.

— Tudo isso que o GLOBO mostrou, esse volume grande de distorções, decorre da ausência de uma política salarial uniforme e da corrida inflacionária existente no País. Se o Executivo estabelecer uma regra básica, que corrija e impeça as distorções vigentes, certamente vai inspirar o Legislativo e o Judiciário, refletindo também nos salários que vigoram nesses dois poderes.

Segundo Gastone, o Governo Collor de Mello poderá fazer um enxu-

gamento na máquina administrativa por diversas maneiras:

— Basta colocar em prática o cartão de ponto para uma jornada de oito horas que metade do funcionalismo irá embora por conta própria.

Para o parlamentar, que não considera os salários de Deputados e Senadores altos — "temos muitos gastos decorrentes de nosso trabalho" — foi uma surpresa saber que o Secretário Geral da Mesa Diretora do Senado receberá este mês NCZ\$ 1,252 milhão:

— É uma barbaridade, mas é também uma decorrência da falta de uma política salarial austera para o funcionalismo público. Só no Governo Sarney foram contratados cerca de 300 mil funcionários e pelo que sei só na Funai existem seis mil funcionários, o que dá quase um funcionário para cada dez índios.